

# **EXPERIÊNCIAS DE TRANSIÇÃO EM DIFERENTES CONTEXTOS E ABORDAGENS**

# CAFÉS DA CHAPADA: DO CONVENCIONAL AO SISTEMA DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICO CERTIFICADO, UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA COOPERBIO

*Data de aceite: 01/08/2024*

### **Cristiane Nascimento Santos**

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT/UNIVASF  
Juazeiro – BA  
<http://lattes.cnpq.br/6079216061620633>

### **Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira**

Docente no Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT/UNIVASF  
Juazeiro – BA  
<http://lattes.cnpq.br/9814539262982598>

### **Helder Ribeiro Freitas**

Docente no Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT/UNIVASF  
Juazeiro – BA  
<http://lattes.cnpq.br/1667909181096511>

### **Cristiane Moraes Marinho**

Docente no Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT/UNIVASF  
Juazeiro – BA  
<http://lattes.cnpq.br/7562370093778594>

## 1. INTRODUÇÃO

Neste artigo apresentaremos a experiência da Cooperativa de Produtores Orgânicos e Biodinâmicos da Chapada Diamantina – COOPERBIO. O objetivo é mostrarmos o processo de criação da entidade, os desafios enfrentados ao longo dos anos e destacar experiências no processo de transição agroecológica ocorrida entre alguns cooperados na produção de café e a certificação pelo Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural – IBD, que se trata de uma certificadora brasileira de produtos orgânicos com acreditação internacional.

As entidades certificadas pelo Instituto recebem o selo IBD Orgânico, sendo diversas categorias de produtos. Entre eles, encontram-se produtos alimentares, cosméticos ou de higiene pessoal que se enquadrem nos requisitos estabelecidos pelo Instituto.

No que se refere à produção de café, o Brasil é um dos grandes produtores e exportadores do mundo, mas na

sua maioria a produção é realizada de forma industrial (convencional), fazendo uso de agroquímicos e fertilizantes sintéticos.

Diante desse cenário, no ano de 2003, produtores de café orgânico, dos municípios de Abaíra, Bonito, Ibicoara, Piatã, Rio de Contas e Seabra, reuniram-se para, juntos, buscarem a certificação orgânica de seus produtos. Em 2007, criaram a Cooperativa de Produtores Orgânicos e Biodinâmicos da Chapada Diamantina – COOPERBIO, com objetivo de realizarem a comercialização, tendo como principal produto o café arábica. Desde então, os cooperados têm se empenhado na produção de cafés especiais, com qualidade superior, já tendo, inclusive, exportado para a Alemanha, Inglaterra e Austrália. O mercado interno, especialmente de cafeterias e lojas especializadas em produtos orgânicos, também é um dos públicos-alvo da entidade.

A COOPERBIO está inserida em uma região com características favoráveis à produção de café, com altitudes entre 1000m e 1400m, sendo uma das principais atividades econômicas da região, com potencial de produção de cafés de excelente qualidade. Os agricultores familiares são os principais produtores que movimentam essa economia na região.

A Cooperativa está localizada no Território Chapada Diamantina, que tem como uma das suas características - e a mais marcante da região - o turismo, que atrai muitos estrangeiros e turistas de todo o Brasil para conhecer suas belezas naturais. O ponto mais alto do Nordeste, o Pico do Barbado, com mais de 2000m de altitude, fica próximo à comunidade de Catolés de Cima, em Abaíra, e a subida passa pelas lavouras de café dos agricultores cooperados.

É importante destacar que a Cooperativa, apesar de ter sido criada por agricultores que já produziam café orgânico, ao longo da sua história passou a contar, em seu quadro de cooperados, com agricultores que produzem o café de forma convencional. Há, desde o ano de 2019, um processo de transição de alguns produtores que passaram a produzir ou iniciaram o processo de produção de forma orgânica. Neste artigo, o foco será dado a esse processo.

A metodologia utilizada para construção do artigo será pesquisa bibliográfica, na qual serão consultados materiais já produzidos a respeito dos temas: transição agroecológica, cooperativismo e certificação orgânica, além de consulta a documentos da Cooperativa, site e outras fontes que tragam informações relevantes sobre a entidade. A estrutura do artigo será composta por resumo, abstract, introdução, referencial teórico e considerações finais.

O artigo está dividido em cinco partes, sendo: introdução, referencial (dividido em três capítulos – 1. Cooperativismo no Brasil: As experiências da Agricultura Familiar; 2. Certificação Orgânica no Brasil; e o 3. A Experiência da Cooperativa de Produtores Orgânicos E Biodinâmicos da Chapada Diamantina – COOPERBIO, as considerações finais e, por fim, as referências).

## 2. COOPERATIVISMO NO BRASIL: AS EXPERIÊNCIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

No Brasil, existe uma cultura de cooperação desde os tempos coloniais, impulsionada por funcionários públicos, militares, profissionais liberais, trabalhadores e imigrantes europeus. Oficialmente, nosso movimento teve início em 1889, no estado de Minas Gerais, com a criação da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto - seu foco era o consumo de produtos agrícolas. Desde então, outras cooperativas surgiram em Minas e nos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Em 1902, o padre suíço Theodor Amstad fundou a primeira cooperativa de crédito do Brasil: a Sicredi Pioneira, que continua até hoje. Localizada em Nova Petrópolis (RS), a cooperativa era a solução da Amstad para melhorar a vida dos moradores da cidade, que até então não contava com bancos (Albino, 2007).

A partir de 1906, surgiram as cooperativas agrícolas, idealizadas por produtores rurais e imigrantes, principalmente imigrantes de ascendência alemã e italiana. Eles trouxeram sua bagagem cultural, experiência de trabalho associativo e atividades familiares comunitárias de seu país de origem, o que os levou a se organizarem em cooperativas. Com a disseminação do cooperativismo, as cooperativas foram expandidas em modelos de autogoverno concebidos para atender às necessidades de seus próprios membros e para serem livres da dependência de especuladores. Apesar do movimento de disseminação do corporativismo, poucas pessoas têm conhecimento do assunto (Albino, 2007).

Apesar do início das Cooperativas ter se dado por meio das entidades de crédito, atualmente as Cooperativas agropecuárias têm grande destaque. Evidencia-se, no setor do Cooperativismo de crédito na Bahia, o SICOOB Sertão.

Em 2 de dezembro de 1969, o corporativismo ganhou sua própria entidade representativa. Nesse dia, foi criada a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e, no ano seguinte, a entidade foi registrada em cartório. Dois anos depois, a Lei nº 5.764/71<sup>1</sup> regulamentou a criação de cooperativas e estabeleceu seu próprio ordenamento jurídico, enfatizando o papel dos representantes da OCB, mas ainda introduzindo algumas limitações, diminuindo parcialmente o ponto de vista da autonomia dos sócios. Essa limitação foi superada pela Constituição de 1988, que proibiu a interferência do Estado nas associações. Iniciou-se, assim, efetivamente, a autogovernança corporativista. Em 1995, o corporativismo brasileiro ganhou reconhecimento internacional (Albino, 2007).

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) foi criada em 1969, durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em Belo Horizonte, substituindo as duas entidades então existentes, que eram a ABCOOP – Associação Brasileira de Cooperativas, e a UNASCO – União Nacional de Cooperativas, por decisão das próprias

---

1 Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm)

cooperativas, representando todos os seus ramos. Em 1971, a Lei 5.764<sup>2</sup> oficializou essa forma de representação como órgão técnico consultivo do Governo e deu-lhe outras incumbências, além de congregar as organizações estaduais, constituídas com a mesma natureza (EMBRAPA, 2022).

No caso da Bahia, essa entidade é denominada de Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia – OCEB, e desenvolve um trabalho junto às Cooperativas do Estado. Porém, desde o ano de 2006 foi criada a Associação de cooperativas de agricultura familiar, que luta por políticas socioeconômicas favoráveis ao cooperativismo na Bahia – UNICAFES Bahia, representando as Cooperativas ligadas à agricultura familiar do Estado.

O brasileiro Roberto Rodrigues, ex-presidente da Organização Cooperativa Brasileira, foi selecionado como o primeiro não europeu a presidir a Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Esse fato também contribuiu para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras, fortalecendo a Educação Cooperativa. Em 1998, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Cooperativa (SESCOOP). A mais nova instituição do departamento “S” juntou-se ao OCB, preferindo administrar as escolas de forma cooperativa. O Sescoop é responsável pela educação, treinamento, promoção profissional, organizacional e social dos trabalhadores, empregados e colaboradores das cooperativas brasileiras. Sete anos depois, em 2005, foi concluída a formação do sistema OCB, criando a entidade responsável pela representação do sindicato cooperativo. A Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop) atua há 11 anos, resguardando os interesses das categorias econômicas e coordenando o sistema cooperativista (EMBRAPA, 2022).

O Cooperativismo é um modelo socioeconômico baseado na participação democrática, independência, solidariedade e autogestão daqueles que se unem voluntariamente em prol dos mesmos objetivos econômicos e sociais. Quando várias pessoas se unem para buscar interesses comuns, focar no equilíbrio e promover melhores oportunidades, formam uma cooperativa na qual trabalham para trazer benefícios iguais a todos os participantes, os chamados cooperados (Brasil, 2022).

Um levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no censo agropecuário de 2017, com mais de 5 milhões de propriedades rurais em todo o Brasil, indicou que 579,5 mil delas estavam vinculadas a cooperativas, ou 11,4% de todos os estabelecimentos agropecuários do país. Dentre elas, cerca de 410 mil são da agricultura familiar, ou seja, 71,2%.

A OCB destacou que existem mais de 1.200 cooperativas agropecuárias operando no país, o que gera cerca de 207 mil empregos diretos. As cooperativas constituem um sólido instrumento de acesso aos mercados e de permanência dos agricultores no campo, facilitando a comercialização dos produtos e prestando serviços aos cooperados. Oferecem

---

<sup>2</sup> Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm)

diversos benefícios aos cooperados, entre os quais se destacam: inclusão dos produtores, independentemente de seu porte e sistema produtivo; coordenação das cadeias produtivas em relações horizontais; geração e distribuição equitativa de renda; prestação de serviços aos seus cooperados e acesso e adoção de tecnologia; economias de escala na compra e venda, ou seja, preços negociados obtidos na compra e venda coletiva; acesso a mercados, que por si só é mais complexo; agregação de valor à produção dos cooperados (Brasil, 2022).

Especialmente para o pequeno produtor e para o agricultor familiar, estar em uma Cooperativa faz toda diferença, em termos de acesso a mercado, na venda dos seus produtos para ter escala e não ficar refém de atravessadores, acesso a políticas públicas, compras coletivas de insumos, entre outros benefícios de vantagens.

Na Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativas (SAF), a política pública para cooperativas é coordenada pelo Departamento de Cooperativas e Acesso ao Mercado (Decam), a quem compete: elaborar, planejar e coordenar políticas e diretrizes para cooperativas; promover a profissão de gestão de cooperativas agropecuárias; promover a cooperação mútua; planejar, gerir e monitorar os programas institucionais de compras de alimentos dos agricultores familiares para a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); fazer interface com outras políticas e ações governamentais para fortalecer as compras dos agricultores e suas organizações; promover as organizações de agricultores; obter acesso aos mercados doméstico e internacional (Brasil, 2022).

A Agricultura Familiar é a principal responsável pela produção dos alimentos que são disponibilizados para o consumo da população brasileira. É constituída de pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquícultores, extrativistas e pescadores. O setor se destaca pela produção de milho, raiz de mandioca, pecuária leiteira, gado de corte, ovinos, caprinos, olerícolas, feijão, cana, arroz, suínos, aves, café, trigo, mamona, fruticulturas e hortaliças.

Na agricultura familiar, a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda. Além disso, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia. A diversidade produtiva também é uma característica marcante desse setor, pois muitas vezes alia a produção de subsistência a uma produção destinada ao mercado (Brasil, 2022).

A Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, define as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e os critérios para identificação desse público. Conforme a legislação, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família (Brasil, 2022).

O Censo Agropecuário de 2017, levantamento feito em mais de 5 milhões de propriedades rurais de todo o Brasil, aponta que 77% dos estabelecimentos agrícolas do

país foram classificados como da agricultura familiar. Em extensão de área, ela ocupava no período da pesquisa 80,9 milhões de hectares, o que representa 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. De acordo com o levantamento, a agricultura familiar empregava mais de 10 milhões de pessoas em setembro de 2017, o que representa 67% do total de pessoas ocupadas na agropecuária. Ela também foi responsável por 23% do valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2022).

Ainda de acordo com o IBGE (2022), os agricultores familiares têm participação significativa na produção dos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros. Nas culturas permanentes, o segmento responde por 48% do valor da produção de café e banana; nas culturas temporárias, é responsável por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão.

### 3. CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA NO BRASIL

O Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade – SBAC possui normas e procedimentos próprios para regular as atividades de acreditação, certificação e treinamento, e estabeleceu dois tipos de certificação: obrigatória e voluntária. A certificação de produtos orgânicos é obrigatória, regulamentada pela Lei 10.831/2003 e regulamentada pelo Decreto 6.323/2007. Para que os produtos sejam rotulados e vendidos como “orgânicos” no Brasil, a unidade de produção deve passar por um dos três mecanismos de garantia de qualidade orgânica - certificação de auditoria, certificação participativa ou filiação a organizações de controle social. Esse requisito é baseado no risco à segurança do consumidor ou ao meio ambiente. Além do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, o órgão regulador dos produtos orgânicos é o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (Brasil, 2022 a):

O MAPA estabelece o conjunto de regras e requisitos que devem ser cumpridos para cada tipo de produção orgânica: produção primária vegetal, produção primária animal, extrativismo sustentável, processamento de produtos de origem vegetal, processamento de produtos de origem animal, dentre outros. A produção orgânica deve atender toda a regulamentação técnica específica e legislação nacional correlata, quando aplicável. O mecanismo de Certificação por Auditoria estabelece que uma certificadora, credenciada pelo MAPA e acreditada pelo Inmetro, avalie se os requisitos para a produção orgânica estão sendo integralmente cumpridos. Esta avaliação engloba inspeções ou auditorias periódicas na unidade de produção orgânica, bem como ensaios de solo ou de produto, caso seja necessário (Brasil, 2022 a, p. 2).

Os requisitos para a produção orgânica são estabelecidos por meio de Instruções Normativas<sup>3</sup>, documentos que estabelecem o que um produtor deve fazer para obter a certificação orgânica. As Instruções Normativas podem ser alteradas ou revogadas. Qualquer pessoa física ou empresa pode solicitar a certificação orgânica de seus produtos

<sup>3</sup> As versões atuais e demais informações regulamentares estão disponíveis em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos>.

primários vegetais ao Instituto Nacional de Tecnologia - INT, desde que evidenciem o atendimento às normas, critérios e regulamentos aplicáveis.

A realização do serviço de certificação compreende etapas. A primeira delas é a solicitação da certificação orgânica. O INT receberá o formulário eletrônico de solicitação, juntamente com seus anexos. São eles: carta de intenção ou interesse do Produtor(a) ou Empresa em obter a certificação orgânica - datada e assinada; cópia autenticada de RG e CPF do(a) produtor(a) ou responsável pela unidade produtiva/empresa; aplicável para CNPJ: cópia autenticada de Contrato Social da empresa (e suas alterações) e seu registro na Junta Comercial do local da sede; aplicável para CNPJ: Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ; Registro de Produtor Rural – quando houver; documento que comprove vínculo com o imóvel rural ou estabelecimento; evidência de ter passado pelo período de conversão ou de transição agroecológica; aplicável para unidade que já foi certificada: documento que comprove certificações anteriores; instruções de como chegar à propriedade; Plano de Manejo Orgânico – PMO; croqui ou mapa da unidade produtiva, especificando as áreas de produção, áreas vizinhas, áreas verdes, fontes de água, construções, estradas.

A segunda etapa é a Análise da Viabilidade de Atendimento pelo INT. O INT deverá avaliar a solicitação e a documentação encaminhada para verificar a viabilidade de atendimento da demanda. A terceira etapa é a Assinatura de Contrato com INT. A quarta etapa trata-se do Aceite da Proposta Técnica Comercial do INT. O INT encaminhará ao solicitante uma Proposta Técnica Comercial com orientações gerais e custos da certificação anual.

A quinta etapa é o Agendamento e Preparação da Auditoria. O INT irá agendar com o solicitante a data para a realização da auditoria e encaminhará os documentos de Indicação da Equipe Auditora e Plano de Auditoria para aceite. A próxima etapa será a realização da Auditoria na Unidade Produtiva. O solicitante deve permitir o acesso de auditores e inspetores do INT e facilitar os trabalhos de auditoria em sua unidade produtiva, fornecendo todas as informações solicitadas relativas à garantia da qualidade orgânica, e disponibilizando documentos e registros relativos à atividade produtiva.

Após essa etapa, será realizada a Avaliação dos Resultados da Auditoria. Nessa etapa serão avaliados o Relatório de Auditoria e as resoluções de eventuais não conformidades encontradas durante a auditoria. Por fim, será autorizada a Concessão do Certificado de Conformidade Orgânica, pela Comissão de Certificação do INT.

Nos casos em que as avaliações das atividades produtivas sejam mais complexas, como cultivos ou criações de vários ciclos anuais e em estabelecimentos com produção paralela, a certificadora deverá estabelecer uma sistemática de controle mais frequente, com no mínimo uma inspeção por semestre, alternando-se inspeções programadas e sem aviso prévio. O prazo para a realização do serviço dependerá do grau de atendimento das etapas e adequações necessárias ao processo de certificação.



O Certificado de Conformidade Orgânica é válido por um ano. Durante esse período, para atividades cujas avaliações sejam mais complexas, como cultivos ou criações de vários ciclos anuais e produção ou processamento em estabelecimentos com produção paralela, a certificadora estabelece uma sistemática de controle mais frequente, com no mínimo uma inspeção por semestre. A renovação da certificação deve ser solicitada antes do término da vigência e passará pelas mesmas etapas da certificação inicial<sup>4</sup>.

### 3.1 A Certificação via Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural – IBD

O IBD é o organismo de certificação orgânica da América Latina e o único organismo de certificação orgânica do Brasil com certificação IFOAM (mercado internacional), certificação ISO/IEC 17065 (mercado europeu - EC Regulation 834/2007), certificação Demeter (mercado). USDA/NOP (mercado norte-americano) e aprovado para uso com o selo SISORG (mercado brasileiro), o que confere ao seu certificado reconhecimento mundial. Além dos protocolos de certificação orgânica, o IBD também oferece certificações de sustentabilidade: Roundtable on Sustainable Palm Oil (RSPO), Alliance for Ethical Biobusiness (UEBT), IBD Fairtrade, UTZ (café, cacau), RFA (Rainforest Alliance), 4C (café), plataformas ISCC e SAI. Com sede em Botucatu/SP (Brasil), desde a sua criação, o IBD atua em todos os estados do Brasil e em mais de 20 países (IBD, 2022).

A Missão do IBD é de Certificação com qualidade dos produtos e processos de produção com: confiabilidade, ética e integridade, conhecimento e independência. O selo IBD Orgânico tem validade *triplae* (atende ao mesmo tempo 3 normas).

Figura 1: Selo IBD



Fonte: IBD, 2022.

---

<sup>4</sup> Legislação

As versões atuais e demais informações regulamentares disponíveis em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos>.

Principais normas para a certificação orgânica de produtos primários vegetais: Lei 10.831, de 23/10/2003

Decreto 6.323, de 27/12/2007

IN MAPA nº 46, de 06/10/2011

IN MAPA nº 17, de 18/06/2014

O selo IBD Orgânico encontra-se em produtos alimentares, cosméticos ou de higiene pessoal que se enquadrem nos requisitos estabelecidos pela IBD (Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural), a certificadora brasileira de produtos orgânicos com acreditação internacional.

Relativamente a produtos alimentares, esse selo significa 100% de ingredientes de origem agropecuária orgânicos certificados pelo IBD no caso de produtos agrícolas vivos/ não processados/ rações para animal. Para produtos processados, esse selo significa que contêm no mínimo 95% (em relação ao total de ingredientes de origem agrícola se para alimentação humana; e em relação à matéria seca se para alimentação animal) de ingredientes de origem agropecuária orgânicos certificados pelo IBD. Relativamente aos cosméticos, esse selo significa que 95% a 100% das substâncias naturais de origem vegetal e animal e derivadas do natural presentes no produto devem vir de manejo orgânico controlado e/ou extrativismo controlado.

#### **4. A EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA DE PRODUTORES ORGÂNICOS E BIODINÂMICOS DA CHAPADA DIAMANTINA – COOPERBIO**

No ano de 2003, agricultores produtores de café orgânico dos municípios de Abaíra, Bonito, Ibicoara, Piatã, Rio de Contas e Seabra se reuniram para buscarem a certificação orgânica de seus produtos. Em 2007, criaram a Cooperativa de Produtores Orgânicos e Biodinâmicos da Chapada Diamantina – COOPERBIO (figura 2), com objetivo de realizarem a comercialização, tendo como principal produto o café arábica. Desde então, os cooperados têm se empenhado na produção de cafés especiais, com qualidade superior, já tendo exportado para a Alemanha, Inglaterra e Austrália. O mercado interno, especialmente de cafeterias e lojas especializadas em produtos orgânicos, também é um dos públicos-alvo da entidade.

Figura 2 – Logomarca da Cooperativa



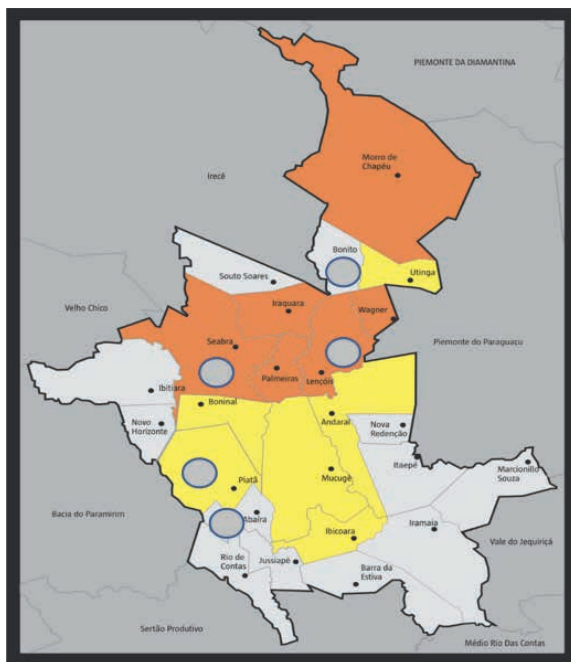
Fonte: COOPERBIO, 2021.

A COOPERBIO está inserida em uma região com características favoráveis à produção de café, com altitudes entre 1000m e 1400m, sendo uma das principais atividades econômicas da região, com potencial de produção de cafés de excelente qualidade. Os agricultores familiares são os principais produtores que movimentam essa economia na região.

A Cooperativa está localizada no Território Chapada Diamantina (Figura 3), que tem como uma das suas características - a mais marcante da região - o turismo, que atrai muitos estrangeiros e turistas de todo o Brasil para conhecer suas belezas naturais. O ponto mais alto do Nordeste, o Pico do Barbado, com mais de 2000m de altitude, fica próximo à comunidade de Catolés de Cima, em Abaíra, e a subida passa pelas lavouras de café dos agricultores cooperados.

É importante destacar que a Cooperativa, apesar de ter sido criada por agricultores que já produziam café orgânico, ao longo da sua história passou a contar, em seu quadro de cooperados, com agricultores que produzem o café de forma convencional, havendo desde o ano de 2019 um processo de transição de alguns produtores que passaram a produzir ou iniciaram o processo de produção de forma orgânica.

Figura 3 – Área de abrangência da COOPERBIO



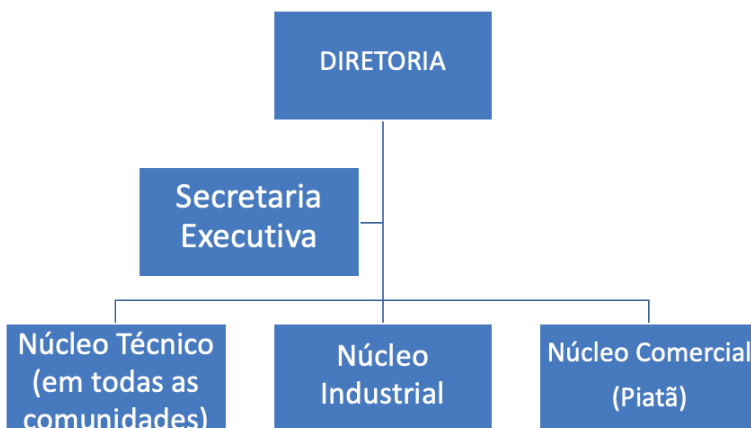
Fonte: COOPERBIO, 2021.

A COOPERBIO tem como Missão “Fortalecer e desenvolver a agricultura familiar de base agroecológica na Chapada Diamantina com ética, responsabilidade social e ambiental”. E entre seus objetivos está o de “Congregar produtores orgânicos e biodinâmicos e prestadores de serviços, que em sua área de ação desenvolvam atividades econômicas relacionadas com a cadeia produtiva agrícola e pecuária, produzidas de acordo com o manejo orgânico e biodinâmico, baseados em princípios agroecológicos”.

Atualmente a entidade conta com uma estrutura de Gestão composta (conforme figura 3) por: Conselho Administrativo, composto de 7 membros, todos cooperados, eleitos em Assembleia Geral, para um mandato de 2 anos: uma Diretoria Executiva composta por Diretor/a Presidente, Diretor/a Administrativo-financeiro e Diretor/a de Comercialização e Marketing. O Conselho Fiscal é composto de 3 membros titulares e 3 suplentes.

As reuniões de Diretoria são realizadas a cada três meses, podendo ser realizadas a qualquer momento, caso haja necessidade. Além disso, uma Assembleia Geral é realizada anualmente, com todos os agricultores, para avaliação das atividades realizadas e planejamento das ações futuras. As decisões são tomadas por consenso, e em casos específicos pode haver necessidade de votação, conforme estatuto.

Figura 4 - Estrutura de Gestão da COOPERBIO



Fonte: COOPERBIO, 2021.

Em se tratando de transição agroecológica, inicialmente, abordaremos as perspectivas e caminhos propostos por Gliessman (2002), que afirma que a transição para agroecossistemas ecologicamente manejados desencadeia uma série de mudanças ecológicas no sistema e, à medida que o uso de agroquímicos sintéticos é eliminado ou reduzido, biomassa e nutrientes são reciclados e a estrutura e função dos agroecossistemas mudam. Haverá também mudanças nas atividades e relações entre ervas daninhas, insetos e doenças, e o equilíbrio entre organismos benéficos e prejudiciais. Como resultado, uma

série de relações e processos são transformados, começando pela estrutura básica do solo, conteúdo de matéria orgânica, diversidade e atividade da biota do solo, ciclagem e dinâmica de nutrientes, eficiência no uso de energia e produtividade total do sistema.

Os princípios pelos quais a sustentabilidade pode ser construída foram estabelecidos, mas o conhecimento necessário para aplicar esses princípios ao projeto de sistemas sustentáveis e à transição da agricultura global para a agricultura sustentável ainda está em construção. Os conceitos e princípios ecológicos nos quais a agroecologia se baseia constituem uma perspectiva sistêmica sobre a concepção e gestão de sistemas agrícolas sustentáveis.

Na perspectiva da Hill (1985), para atingir a meta de implantação de um sistema alimentar sustentável e nutritivo, são necessários os seguintes esforços: obter as informações corretas (nada, absolutamente tudo); identificar metas razoáveis e consistentes e cumprir prazos, para o curto, médio e longo prazo; assumir compromissos; buscar aliados; cooperar; colaborar e engajar-se em redes para atingir os objetivos propostos; reconhecer a diferença entre agir com base no pensamento racional e na intuição e evitar sentimentos superficiais; ter uma abordagem clara e totalmente humana dos objetivos e ação forte; procurar aconselhamento de colegas para apoio, cicatrização de feridas e alívio da dor; tornar-se mais esperançoso e confiante como resultado da ação.

Já Macrae *et al.*, (1990) ainda descrevem os resultados que as suas pesquisas apontaram no que diz respeito aos aspectos críticos de qualquer plano de conversão: I. inventário da fazenda e avaliação das necessidades; II. melhoria do solo (1. gerenciamento de matéria orgânica; 2. fertilização suplementar; 3. manejo de estrume e chorume; 4. rotação de colheita; 5. lavoura apropriada); III. mudanças agronômicas (1. ajustes da taxa de estoque; 2. controle de ervas daninhas, insetos e doenças); IV. considerações econômicas (1. possibilidades de marketing; 2. requisitos de trabalho; 3. projeções de rendimento e implicações financeiras); V. conversão sem animais; VI. implicações da conversão generalizada.

Gliessman (2002) também destacou que um dos desafios da pesquisa agroecológica é aprender como os parâmetros interagem e como determinar sua importância relativa, enfatizando a importância de analisar a sustentabilidade dos agroecossistemas. Pode-se aplicar os parâmetros de várias maneiras, utilizando-se qualquer um dos seguintes princípios, sozinhos ou em combinação: 1. fornecer evidências de insustentabilidade de unidades de produção para estimular a mudança; 2. fornecer evidências de insustentabilidade da capacidade dos sistemas tradicionais de defender mudanças na política agrícola ou valores sociais relacionados à agricultura; 3. prever por quanto tempo o sistema pode operar para manter a produtividade; 4. prever formas concretas de evitar um colapso produtivo em um redesenho completo da natureza dos agroecossistemas; 5. abordagens sugeridas para a restauração ou regeneração de agroecossistemas degradados.

Para Macrae *et al.* (1990), embora os princípios gerais da transformação sejam bastante claros, ainda existem muitas lacunas em nosso conhecimento. Em muitas regiões, ainda são poucos os agricultores que fizeram a transformação e muito poucos pesquisadores interessados no processo. Acessar informações sobre uma área específica muitas vezes pode fazer a diferença entre uma transição suave e uma difícil. Devido ao desejo de migrar para a produção orgânica, muitas commodities e comunidades ainda não estabeleceram mercados de produção orgânica firmemente, e relativamente pouca pesquisa de mercado foi realizada. No longo prazo, à medida que mais e mais transformações acontecem, novos problemas, mas não intransponíveis, podem surgir, como a disponibilidade de fertilizantes e mão de obra qualificada.

Macrae *et al.* (1990) afirma que essas barreiras potenciais fornecem oportunidades únicas de pesquisa para responder a questões como: o estrume é um requisito necessário para sistemas agrícolas sustentáveis ou os animais apenas aceleram o ciclo de nutrientes em uma fazenda? A agricultura orgânica extrai recursos K do solo? Os sistemas agrícolas podem ser projetados para distribuir as necessidades de trabalho ao longo do ano? Que ajustes serão necessários nos mercados de insumos e como podem ser facilitados?

Deste modo, o texto de Hill (1985) traz os resultados das pesquisas desenvolvidas com agricultores dos Estados Unidos e do Canadá, apontando que foram várias as razões que os levaram a fazer a conversão dos seus sistemas produtivos, entre elas se destacam, nos agricultores estadunidenses, a influência de um amigo ou parente, por conta da preocupação com a saúde; pelo contato com representantes de empresas que vendem produtos orgânicos; por preocupações com o aumento dos custos de produção; por declínio do solo e da saúde ambiental e dos efeitos dos produtos químicos na saúde humana. Já os agricultores canadenses passaram a realizar a conversão por conta dos custos crescentes de insumos, aumentando a consciência dos impactos ambientais associados a algumas práticas convencionais; aumento dos problemas de pragas e doenças, incluindo a preocupação do público com as relações entre dieta, meio ambiente e doenças; resultados de estudos de fazendas orgânicas que mostram dependência reduzida e vulnerabilidade e lucros comparáveis; e o crescente interesse associado entre agricultores, pesquisadores e agentes internacionais de desenvolvimento.

Diante dos argumentos apresentados, é possível concluir que os autores, de forma geral, convergem nos caminhos e desafios postos para a transição e retorno à agroecologia. Superar os desafios e buscar efetivar as indicações apresentadas pelos autores são reptos que se apresentam no momento.

No caso da COOPERBIO, todos os cooperados produzem de forma orgânica ou estão em processo de transição agroecológica. Isso é uma exigência e consta no Estatuto da entidade a obrigatoriedade da produção não convencional. No final do ano de 2021, a Cooperativa recebeu a certificação do IBD (figura 5) com validade de um ano. Naquele momento, os produtores atendiam as condições exigidas pelo Instituto, porém desde o

mês de novembro do corrente ano a certificação está suspensa em função do não início do processo de renovação. Naquele momento, a entidade contava com 20 (vinte) produtores certificados na cultura do café e em outras, a exemplo do abacate e jaca.

O processo de transição dos produtores vem ocorrendo de forma processual, já que o café é uma cultura de altos custos de produção. Dos 32 cooperados atuais, 20 são produtores orgânicos e 12 estão em processo de transição. Destaca-se que alguns ainda se restringem a produção orgânica e não têm o envolvimento completo com modo de vida agroecológico.

Figura 5 – Certificado de Conformidade IBD

**IBD**  
CERTIFICAÇÕES

**CERTIFICADO DE CONFORMIDADE**

O operador declarado abaixo é auditado pelo IBD e atende os requisitos dispostos nos esquemas de certificação mencionados

**Certificado número:** CA18044/21 substituto CA17978/21  
**Validade:** 07 de Dezembro de 2021 a 06 de Dezembro de 2022  
**Certificado desde:** 07 de Dezembro de 2021  
**Código do operador:** BA 101  
**Operador:** Cooperativa de Produtores Orgânicos e Biodinâmicos da Chapada Diamantina - Cooperbio  
CNPJ: 09.512.677/0001-83  
Estrada Lagoa de Boa Vista, Km 14, S/N - Churé  
46900-000 - Seabra/BA  
Brasil

**Produto(s) orgânico(s):** Abacate, Abacaxi, Banana, Boca-doce (Synsepalum dulcificum), Café, Caju, Jabuticaba, Jaca, Laranja, Lichia, Mandioca, Manga, Maracujá, Palma, Pitanga.  
**Escopo:** Produção Primária Vegetal.  
**Certificado para:** BR - Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003, Decreto 6.323 de 27 de dezembro de 2007 e Instruções Normativas correspondentes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Os produtos acima listados somente podem ser comercializados com indicação de sua certificação durante o período de validade deste certificado de conformidade.

Este certificado substitui todas as versões anteriores.

**Data de Emissão:** Botucatu, 07 de Dezembro de 2021.  
**Data Substituto:** Botucatu, 16 de Dezembro de 2021.

Assinado digitalmente por  
RENAN DA CRUZ  
38295518860  
Data: 2021-12-16 10:57:33  
Renan da Cruz

Fonte: COOPERBIO, 2022.

Os principais desafios encontrados pela Cooperativa para o processo de transição agroecológica dos agricultores é a questão cultural. Muito deles acreditam que a produção seja menos rentável e mais “trabalhosa”. Outra questão identificada e relatada pela Cooperativa é a sucessão geracional. Muitos filhos dos cooperados não têm interesse em seguir os caminhos dos pais, o que gera um abandono das lavouras.

Os produtores de café da Cooperativa se orgulham em produzir café orgânico, pois, segundo eles, dessa forma podem contribuir para a preservação do meio ambiente, produção de alimentos saudáveis para as suas famílias e para as pessoas que consomem seus produtos. A Cooperativa se destaca na participação em Feiras e eventos, já que se trata da única Cooperativa em **nível** de Estado que produz café orgânico certificado.

A Cooperativa, ao longo da sua história, vem contando com diversas parcerias, seja por meio de acesso a projetos, financiamento e outras ações de interesse da entidade. Destaca-se a mais recente, que é a implantação do Projeto Bahia Produtiva, um investimento de aproximadamente R\$ 4 milhões, com objetivo de implantação de micro usina de beneficiamento de café. A implantação da usina visa dirimir um gargalo da entidade, visto se tratar de uma dificuldade dos produtores, já que o processo de produção agroecológico exige um beneficiamento do produto diferenciado. Com esse investimento, a Cooperativa poderá oferecer a seus cooperados a segurança no momento do beneficiamento, sem risco de contaminação do produto. Além disso, o projeto investiu na base de produção das lavouras, com a aquisição de insumos e fertilizantes para os beneficiários.

Outras parcerias que merecem destaque foram as realizadas com a EMBRAPA e com Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. A Cooperativa conta também com a parceria da Slow Food, que é um movimento de base, organizado em rede, de atuação local e articulação global, presente em mais de 160 países e contando com mais de 1600 núcleos de ação local.

Segundo informações da rede Nova Mata, que trata de iniciativas de restauração ecológica no Brasil, “A Cooperbio é considerada referência em combate às mudanças climáticas e transição agroecológica, tendo participado do Projeto Bota na Mesa, o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EAESP). Em 2020 ela começou a exportar seu café diferenciado para Portugal” (Nova Mata, 2022).

Na divulgação dos seus produtos e forma de produzir, a Cooperativa conta com as mídias e redes sociais, a exemplo do Facebook, Instagram e WhatsApp. A ideia é dar visibilidade à Cooperativa e também conquistar novos clientes. Recentemente, os produtores e a Cooperativa vêm desenvolvendo e iniciando o turismo de base comunitária ecológica, que se trata de “um o tipo de turismo no qual a comunidade organiza e presta serviços para os visitantes, tais como: trabalhar como ‘guia’ local, levar para pescar, para conhecer a roça, a casa de farinha, oferecer hospedagem, alimentação etc.” (ICMBIO, 2022).



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No atual cenário de pouco investimento no setor da agricultura familiar, juntar-se em entidades coletivas, a exemplo das Cooperativas, poderá ser um caminho para o pequeno agricultor, que tem como meio da vida a lavoura cultivada em pequenos lotes de terras.

No que se refere à produção agroecológica, percebe-se que houve muitos avanços, tanto nas discussões relacionadas ao tema quanto no acesso a políticas públicas e serviços de incentivo à produção e processo de transição. Exemplo disso é a chamada pública de assistência técnica e extensão rural voltada exclusivamente para produtores de base agroecológica pelo governo do Estado da Bahia, o que pode ter contribuído para esses avanços. Entende-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido na busca pela visibilidade a esses produtores e pelo incentivo à produção de base agroecológica e o processo de transição.

Diante disso, afirma-se que é necessário que existam investimento públicos que possam incentivar os produtores a passarem pelo processo de transição agroecológica. Além disso, é fundamental que a Assistência Técnica aborde esse viés, pois o desconhecimento a respeito das dificuldades e dos benefícios pode impossibilitar o desenvolvimento de alguns agricultores, que, por receio ou falta de conhecimento, acabam não tendo interesse na produção orgânica.

Por isso, é necessário e urgente que as instituições e os próprios representantes das Cooperativas busquem meios de fazer com que esses produtores tenham sua produção garantida, inclusive com a disponibilidade de recursos financeiros que visem garantir essa produção e apoio no processo de transição.

Por outro lado, não temos a ilusão de que a formação/disponibilidade de recursos dê conta de apresentar e discutir todas as demandas, porém entidades como a COOPERBIO devem ser incentivadas e fortalecidas, para que os produtores orgânicos possam ocupar cada dia mais espaços.

Diante dos argumentos apresentados, é possível afirmar que são muitos os caminhos e desafios postos para a transição/retorno a agroecologia. Superar os desafios e buscar efetivar as indicações apresentadas são reptos que se apresentam no momento.

## REFERÊNCIAS

ALBINO, G. **Cooperativismo**: primeiras lições. 3a. Ed. Brasília: SESCOOP, 2007.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/cooperativismo>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Ciências e Tecnologia. **Obter certificação de produtos orgânicos – Produção Primária Vegetal (PPV)**. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-certificacao-de-produtos-organicos-producao-primaria-vegetal>>. Acesso em: 20 jun. 2022 a.

COOPERBIO. **Cooperativa de Produtores Orgânicos E Biodinâmicos da Chapada Diamantina**. Seabra - BA, 2022.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Organização das Cooperativas do Brasil** – OCB. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/documents/10180/58157161/OCB/35456164-954a-b5de-7ed8-3453204c3867>>. Acesso em 12 jun. 2022.

GLIESSMAN, S. R. 20. Alcanzando la Sostenibilidad. *In*: GLIESSMAN, S. R. **Agroecología: Procesos Ecológicos en Agricultura Sostenible**. Turrialba, C.R.: CATIE, 2002, 303-318p.

HILL, S. B. Redesigning the food system for sustainability. **Alternatives**, v. 12, p. 32–36, 1985.

IBD. Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural. Disponível em: <[https://www.ibd.com.br/wpcontent/uploads/2022/06/10\\_4\\_1\\_3\\_1\\_Fluxo\\_Certificacao\\_Organico\\_Resumido\\_PT.pdf](https://www.ibd.com.br/wpcontent/uploads/2022/06/10_4_1_3_1_Fluxo_Certificacao_Organico_Resumido_PT.pdf)>. Acesso em: 12 jun. 2022.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Manual Caiçara de Ecoturismo de Base Comunitária**. Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/cairucu/images/stories/downloads/manual-ecoturismo-comunitaria.pdf>>. Acesso em 11 nov. 2022.

MACRAE, R. J.; HILL, S. B.; MEHUYS G. R.; HENNING, J. Farm-scale agronomic and economic conversion from conventional to sustainable agriculture. **Advances in agronomy**, v. 41, p. 155-198, 1990.

NOVA MATA. **COOPERBIO**. Disponível em: <<https://novamata.org/iniciativa/cooperbio/>>. Acesso em 12 jun. 2022.